


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0023267-35.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Jose Luiz Viveiros**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Alex Ricardo dos Santos Tavares

O réu José Luiz Viveiros propôs a presente ação contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, alegando, em resumo, invalidez, fazendo jus ao pagamento da diferença do valor determinado pela lei 11.482/2007, ou seja, R\$ 10.125,00.

A ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, em contestação de folhas 18/29, pede a improcedência do pedido, porque não comprovada a invalidez.

Réplica de folhas 72/75.

Decisão saneadora de folhas 83/89, em que se afastou as preliminares, deferindo-se a produção da prova pericial.

Prova pericial de folhas 104/108.

Manifestação das partes às folhas 115/124.

É o relatório. Fundamento e decido.

Concluiu a prova pericial que há dano patrimonial físico (dano corporal parcial), tendo o autor 10% de percentual de perda funcional do 5º pododáctilo direito em analogia a Tabela DPVAT/SUSEP. Confira: folhas 107.

Assim, considerando a conclusão da prova pericial, não há falar-se em indenização, porque já foi pago valor de R\$ 3.375,00, sendo que valor devido seria de R\$ 1.350,00, correspondente a 10% do limite máximo indenizável.

Nesse sentido:

“9000004-60.2012.8.26.0066 Apelação / Acidente de Trânsito

0023267-35.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Relator(a): Hamid Bdine

Comarca: Barretos

Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 25/02/2015

Data de registro: 27/02/2015

Ementa: APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Pretensão ao recebimento de complementação da indenização decorrente do seguro obrigatório. Acidente de trânsito ocorrido em 20 de abril de 2011. CONSTITUCIONALIDADE. Pagamento efetuado com base em Lei nº 11.482/07, que alterou dispositivo da Lei 6.194/74. Admissibilidade. Modificação legislativa que se afigura constitucional. Questão definida pelo Supremo Tribunal Federal em recurso de repercussão geral e ações diretas de inconstitucionalidade. INDENIZAÇÃO. Invalidez permanente e parcial. Indenização proporcional à lesão (Súmula n. 474 do E. STJ). Laudo pericial que constatou perda de 10% da capacidade funcional. Valor indenizatório fixado em 10% sobre o valor máximo da cobertura securitária. Indenização paga em via administrativa. Ausência de diferença a ser paga ao autor. Ônus da sucumbência mantido. Recurso improvido.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condene o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% sobre o valor da causa, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar da publicação da presente, ante a inexistência de complexidade, observando-se, contudo, os benefícios da gratuidade processual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
Rua Sorbone 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

P.R.I.C.
S. C., 05/03/2015

Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**